

A ASC numa autarquia: um palco para uma cultura de participação

Ana Gama

Escola Superior de Educação de Lisboa e Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais

Tatiana do Carmo

Junta de Freguesia de Benfica

Resumo

É a partir da década de 80 que as autarquias começam a ter mais condições para assumirem os seus próprios planos de ação social, cultural e educacional, quer pela entrada de Fundos Comunitários, quer por competências que lhe vão sendo atribuídas. No que respeita à intervenção educativa, embora as disposições legais imponham como encargos principais a construção, manutenção e equipamento de edifícios de educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico (entre outras), a sua intervenção tem passado, também, pelo apoio a atividades e eventos promovidos pelas escolas da educação pré-escolar e do 1.º ciclo, pelo desenvolvimento de projetos de animação desportiva e de ocupação de tempos livres para estes níveis de educação, pela Componente de Apoio à Família. A nossa intervenção foi realizada na biblioteca de uma escola, que está alocada ao Gabinete do Aluno e de Apoio à Família (da responsabilidade da Freguesia de Benfica). Embora tenhamos desenvolvido um projeto mais alargado, nesta comunicação apenas iremos apresentar o processo que foi desenvolvido no ateliê de teatro, explicitando as estratégias que mobilizámos para promover a participação das crianças.

Introdução

A transferência de competências do poder central para as autarquias tem sido um fenómeno crescente nos últimos anos, que aliado à entrada de fundos comunitários, principalmente nos finais dos anos 80, tem permitido que as autarquias assumam os seus próprios planos de ação social, cultural e educacional (Pereira, 2008: 65).

Esta delegação de competências para as autarquias em vários domínios (turismo, cultura, educação, ação social) aliada à criação de infraestruturas culturais e desportivas (bibliotecas, teatros, casas de cultura, pavilhões gimnodesportivos, centros de convívio) têm originado a necessidade do recrutamento de técnicos/as especializados/as de várias áreas (animadores/as socioculturais, assistentes sociais, animadores/as culturais ...).

Esta comunicação visa apresentar o trabalho que foi desenvolvido no âmbito de um estágio curricular de 3.º ano do curso de Animação Sociocultural, que decorreu

numa biblioteca de uma Escola Básica de 1.º Ciclo com Jardim-de-infância (EB1/JI) de um agrupamento de escolas situado na freguesia de Benfica.

Este texto encontra-se estruturado em cinco pontos. No primeiro ponto explanamos como tem vindo a ser construída a intervenção educativa das autarquias e qual o papel da Animação Sociocultural (ASC) neste processo. No segundo ponto discutimos a intervenção da ASC a partir do teatro como uma estratégia de ação. Seguidamente, no terceiro ponto, discutimos o papel da ASC na promoção da participação das crianças. É no quarto ponto que descrevemos o percurso que foi construído com o grupo de crianças que integrou o Ateliê de Teatro. Por fim, no quinto ponto apresentamos algumas pistas conclusivas de todo o trabalho desenvolvido.

I. As autarquias e a Animação Sociocultural na intervenção educativa

A revolução de abril de 1974 foi um marco muito importante para a intervenção autárquica em Portugal. Foi a partir desta data que se deu início ao restabelecimento da autonomia autárquica e do seu papel mais interventivo no campo educativo (Fernandes, 2005). Estas alterações deveram-se, de uma maneira geral, à transferência de poderes e funções do nível nacional e regional para o local que foram ocorrendo ao longo destas quatro décadas (Barroso, 1999).

Atualmente as autarquias têm uma diversidade de domínios de intervenção - educação, cultura, desporto, ação social, saúde. Relativamente ao domínio educativo, a sua intervenção pode assentar em quatro tipos de atividades, nomeadamente: atividades desenvolvidas no âmbito da educação atribuídas por lei; outras atividades de intervenção educativa previstas de carácter facultativo; atividades, projetos e equipamentos educativos de iniciativa municipal e não referidos expressamente na lei; e atividades de intervenção e mediação política (Fernandes, 2005). Apenas o primeiro tipo de intervenção é que é *obrigatório* por lei, as restantes assumem um carácter facultativo.

O primeiro tipo de atividades, *obrigatórias* por lei, visa: a construção, manutenção e equipamento de edifícios de educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico; facultar transportes escolares para o ensino básico; a ação social escolar para a educação pré-escolar e 1.º ciclo; participar no Conselho Geral, entre outras. No que concerne aos restantes tipos de atividades são competências das autarquias, de carácter facultativo, desenvolverem: atividades e eventos promovidos pelas escolas da educação pré-escolar e do 1.º ciclo; projetos de animação desportiva e de ocupação de tempos livres; a Componente de Apoio à Família (CAF); Atividades de Enriquecimento Curricular; apoio a projectos de outros níveis de ensino; construção de equipamentos para uso comum de todas as escolas (bibliotecas, ludotecas, centros de recursos educativos); constituição de equipas de docentes e outros técnicos sociais para apoiar as escolas em várias atividades, mobilização de recursos locais (Fernandes, 2005: 217-218).

É no âmbito destas últimas competências mais focadas na educação não formal¹ e na ocupação dos tempos livres, que a ASC encontra uma das janelas de oportunidades para a sua intervenção no contexto autárquico. É neste sentido, que os/as Animadores/as Socioculturais têm vindo a assumir um papel importante na “preparação e execução de projetos com crianças e adolescentes, criando uma nova etapa na relação da escola com os alunos e destes com o meio social, cultural e ambiental” (Pereira, 2008: 67).

Esta ação ocorre nos prolongamentos de horário - Componente de Apoio à Família (crianças do 1.º ciclo) e nas Atividades de Animação e de Apoio à Família (crianças da educação pré-escolar) – bem como em outro tipo de atividades - Atividades de Enriquecimento Curricular, dinamização de bibliotecas/ludotecas, animação de pátios. Foi no âmbito deste último tipo de atividades, mais precisamente na dinamização de bibliotecas, que desenvolvemos o nosso projeto.

2. A Animação Sociocultural e as Expressões Artísticas: o teatro como ferramenta de intervenção

O objetivo principal da ASC é “promover nos seus membros [indivíduos, grupos ou instituições numa comunidade] uma atitude de participação activa no processo do seu próprio desenvolvimento quer social quer cultural.” (Trilla, 2004: 26). Para que seja possível concretizar este objetivo a ASC recorre a uma panóplia de conhecimentos, ferramentas e técnicas de outras áreas do saber (por exemplo, expressões artísticas, sociologia, psicologia, gerontologia).

No que diz respeito à expressão artística esta tem uma série de recursos (técnicas de expressão, atividades artísticas ...) dos diferentes âmbitos artísticos - expressão dramática, a animação da leitura, a expressão plástica e a expressão musical – que são meios privilegiados para sustentarem projetos/programas de ASC (Ventosa, 2001: 22). Foi a partir destes âmbitos artísticos, especialmente da expressão dramática, da animação da leitura e da expressão plástica que delineamos o nosso projeto de intervenção.

Apesar de termos várias linhas de intervenção, onde mobilizámos técnicas e recursos destas várias áreas, aqui apenas iremos incidir sobre a metodologia de intervenção que foi desenvolvida a partir da Animação Teatral com um grupo de crianças do 1.º ciclo do ensino básico². Optámos por esta modalidade, uma vez que a interligação entre o teatro e a ASC permite-nos desenvolver uma “metodologia participativa e grupal que se serve do teatro como meio de dinamização sociocultural de uma comunidade” (Ventosa, 2001: 25).

1. Apesar das atividades poderem ser desenvolvidas nos mesmos contextos da educação formal, como por exemplo, nas escolas.

2. Corroboramos a ideia de Marcelino Lopes que o teatro na animação não visa formar atores, mas de formar o ser humano para a vida (Lopes, 2012: 148).

Neste processo seguimos a três etapas apontadas por Victor Ventosa (2001) sobre Animação Teatral: grupal, criativa e expansiva (cf. Tabela 1).

Tabela 1 Caracterização das três etapas do modelo de intervenção através da Animação Teatral

Etapas	Caracterização ¹
Grupal	Fase de contacto com os vários elementos, no sentido de criar uma estrutura de grupo, seguindo-se a captação de interesses, recursos e lançamento de propostas iniciais.
Criativa	Fase ativa de lançamento de iniciativas e de articulação das ações a levar a cabo pelo grupo.
Expansiva	Fase que visa o culminar do trabalho desenvolvido onde o mesmo é apresentado à comunidade.

¹Aqui apenas colocámos as ideias gerais do que visa cada fase.
(para saber mais consultar Ventosa, 2001, p.25)

Foi a partir desta metodologia e tendo em conta o público-alvo – as crianças – e os recursos existentes, que delineamos as atividades do Ateliê de Teatro. Consideramos que esta estratégia de intervenção concorre para os objetivos principais da animação na infância: possibilitar que a criança possa brincar e que o faça em condições que permitam o seu desenvolvimento individual e grupal; e educar no ócio (Sastre, 2004).

3. ASC e participação

Sendo a ASC uma estratégia de intervenção que visa promover, entre outros aspetos, a participação dos indivíduos (quer estejam integrados em grupos, comunidades ou em instituições), cabe ao/à Animador/a Sociocultural ser um/a agente promotor/a desta mesma participação. Para isso é necessário que tenha uma formação adequada para que possa “elaborar e executar um plano de intervenção, numa comunidade, instituição ou organismo, utilizando técnicas culturais, sociais, educativas, desportivas, recreativas e lúdicas.” (APDASC, 2011) e estratégias que promovam essa mesma participação.

Quando nos referimos ao conceito de *participação* e embora tenha uma panóplia de definições que se cruzam entre si, partimos da definição apresentada por Trilla & Novella como o “acto de presencia, tomar decisiones, estar informado de algo, opinar, gestionar o ejectar; desde estar simplemente apuntado a, o ser miembro de, a implicarse en algo en corpo y alma” (2001: 141). Esta definição de participação, por um lado permite-nos abranger não só as pessoas que apenas estão presentes, mas aquelas que têm um papel mais ativo nos processos. Por outro, remete-nos para a existência de diferentes tipos e níveis de participação. São as metodologias e as estratégias utilizadas pelo/a Animador/a Sociocultural que vão inferir o tipo e os níveis de participação do seu público-alvo nos seus projetos.

Assim, para uma intervenção com crianças e no sentido de promover a sua participação é necessário que o/a Animador/a Sociocultural mobilize metodologias e estratégias para “que los niños comprendan las intenciones del proyecto; que sea conscientes de quién tomó las decisiones sobre su participación y os motivos de las mismas; que tengan un papel significativo, es decir, no sólo decorativo; y que, siendo conscientes de todo lo anterior, intervengan voluntariamente.” (Hart, 1993 citado por Trilla & Novella, 2001: 142). É de salientar que, independentemente, da intervenção realizada, tornar a criança parte integrante de um projeto é uma mais-valia para o seu desenvolvimento enquanto membro de uma sociedade.

4. O percurso construído: o teatro como ferramenta de participação

4.1. Caracterização do meio³

Benfica é uma freguesia que faz parte do concelho de Lisboa. Com 7,94 km² de área e 36 821 habitantes (Censos, 2011) em que 50% destas pessoas encontram-se na faixa etária dos 25 aos 64 anos. É uma freguesia em que se assiste ao decréscimo da população residente, não só pelo envelhecimento mas também pela migração dos habitantes mais jovens para a periferia. Na freguesia habitam 3618 estrangeiros, onde 1729 são de África e Angola, 849 oriundos do Brasil, 727 da Europa, onde se destaca a França com 128, 100 da Roménia e 85 de Espanha (Censos, 2011).

Benfica começou por ser uma aldeia de camponeses da região saloia, mas o crescimento da cidade de Lisboa refletiu-se na crescente urbanização da freguesia. Da década de 50 até à década de 90 do século XX, a população triplicou de 17 843 habitantes para cerca de 50 000 habitantes.

Nesta junta de freguesia existem seis pelouros, nomeadamente: Espaço Público, Ambiente, Desporto, Ação social, Cultura e Educação e Formação. Aqui apenas nos iremos focar no pelouro da Educação e Formação, uma vez que foi neste que desenvolvemos o nosso projeto. De acordo com informação documental facultada, este pelouro desenvolve os seguintes projetos/programas/atividades: Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF); Atividades de Animação e Apoio à Família; Componente de Apoio à Família; Projeto Intervir; Brincar ao Desporto; Saúde vai à Escola, entre outros.

A nossa intervenção foi desenvolvida no projeto Intervir, mais precisamente no GAAF. Com o objetivo de prevenir comportamento de risco e promover hábitos de vida saudável, o Projeto Intervir tem a seu cargo o programa de competências sociais – que visa a realização de sessões junto das crianças/jovens que frequentam os agrupamentos de escolas da freguesia - e é responsável pelos GAAF desses mesmos agrupamentos. Estes gabinetes desenvolvem atividades de mediação e gestão de conflitos entre as crianças/jovens e respetivas famílias. Embora tenhamos desenvolvido o nosso trabalho a partir deste gabinete, a nossa intervenção esteve muito focada na

3. A informação relativa à caracterização da Junta de Freguesia de Benfica foi retirada do site da mesma: <http://www.jf-benfica.pt/freguesia/assembleia-de-freguesia/>

prevenção de comportamentos de risco e que passou pela dinamização da biblioteca.

As linhas de intervenção desenvolvidas no projeto visaram não só as crianças e os/as respetivos/as professores/as e educadores/as, mas também as suas famílias.

O projeto

Aquando o diagnóstico identificou-se que a biblioteca da Escola do Ensino Básico do 1.º Ciclo com Jardim de Infância (EB1/JI) estava encerrada e que eram oferecidas poucas atividades lúdicas às crianças. Tendo como base esta realidade e corroborando o que defendem Semão, Schercher e Neves (1993, citados por Perucchi), “a biblioteca escolar precisa ser ativada a fim de que possa atrair, além dos professores, os pais, os alunos, enfim, toda a comunidade à qual a escola está vinculada.” (1999: 82) decidimos que o ponto de partida do nosso projeto era a ativação da biblioteca da escola. Para operacionalizarmos este processo definimos os seguintes objetivos gerais:

- Dinamizar a biblioteca;
- Promover atividades lúdicas na biblioteca para as crianças e suas famílias.

Para atingirmos estes objetivos foram criadas várias estratégias que se encontram em várias linhas de intervenção:

Tabela 2 *Linhas de intervenção do projeto de ASC*

Linhas de intervenção Públicos/espacos ou tempos	Estratégias
Crianças, professores/ as titulares de turma e educadoras de infância/ horário de aulas	. Realização de atividades de animação da leitura para as turmas do 1.º ciclo e para os grupos de educação pré-escolar;
Crianças, professores/ as titulares de turma, educadoras de infância e famílias	. Comemoração de dias temáticos abertos à comunidade ² ;
Crianças/horário de intervalo e almoço	. Realização de atividades em horário de intervalo; . Criação de um serviço de requisição de livros por parte das crianças; . Dinamização de um ateliê de teatro.

²Os dias temáticos comemorados foram: Dia Mundial da Árvore e da Poesia (21 de março); Dia Internacional do Livro Infantil (2 de abril); Dia da Mãe (4 de maio); Dia da Família (15 de maio).

Para desenvolvermos o projeto foram, ainda, estabelecidas parcerias com a Associação de Pais da escola, com as/os professoras/es titulares de turma do 1.º ciclo e com as educadoras de infância. Embora tenhamos desenvolvido este leque de estratégias, nesta comunicação apenas iremos apresentar o trabalho desenvolvido no Ateliê de Teatro.

Este ateliê teve como finalidade central promover a autonomia e a participação ativa das crianças, utilizando o teatro como uma ferramenta de intervenção. Foi desenvolvido durante sete semanas, com a periodicidade de uma vez por semana, com a duração de uma hora (horário de almoço). Para participar as crianças tiveram que se inscrever previamente, uma vez que existiu um número máximo de 12 inscrições⁴. Volvido este processo de inscrição foi iniciada a intervenção que foi desenvolvida a partir das fases referidas no ponto dois deste artigo. Especificamos na tabela seguinte (Tabela 3) as atividades que foram desenvolvidas em cada fase:

Tabela 3 *Etapas e respectivas atividades desenvolvidas no Ateliê de Teatro*

Etapas	Atividades
Grupal	Na primeira sessão foi realizada uma dinâmica de grupo que teve como objetivo apresentar o que se pretendia desenvolver no ateliê, bem como a apresentação de todos os intervenientes no ateliê.
Criativa	<p>Na segunda sessão, que visou a construção do guião, a estratégia utilizada foi a definição de um tema pelo grupo e, a partir daqui, cada elemento foi dando sugestões para a história. Sempre que necessário faziam-se ajustes ao guião para que a história seguisse uma estrutura de introdução, meio e conclusão. Aqui assumimos o papel de mediadores e de facilitadores do processo, uma vez que queríamos que as crianças realizassem as suas escolhas. No sentido de operacionalizarmos o trabalho, ainda nesta sessão, foram identificadas as personagens e o staff necessário para a elaboração da peça. Coube a cada criança escolher o que queria fazer, assim, para além das seis personagens, três crianças decidiram ser as narradoras e outras três ficaram responsáveis pela construção dos cenários. Duas destas crianças ficaram, também, responsáveis por serem os apresentadores da peça no dia da estreia.</p> <p>Desenvolvida em duas sessões e teve como objetivo a construção dos adereços. As crianças construíram os figurinos (máscaras, fantoche de papel) e os cenários. É de referir que neste processo o grupo teve total liberdade na escolha dos materiais e na forma que fez uso dos mesmos. Aqui o nosso papel foi de orientar e auxiliar o seu trabalho.</p> <p>Posteriormente ocorreu uma fase de ensaios do texto teatral. Quem estava encarregue dos cenários continuou os pormenores finais e tratou da disposição da envolvente, nomeadamente o local dos narradores, das casas e dos restantes materiais. Sempre que necessário nós dávamos algumas sugestões. Para os primeiros ensaios o grupo pôde usar o guião como auxílio. Nas sessões seis e sete colocou-se o guião de parte e os ensaios passaram a ser através do improviso.</p>
Expansiva	Apresentação da peça no “Dia da Família” - um dos dias temáticos que organizámos para as famílias.

4. Este processo de inscrições encerrou muito rapidamente, uma vez que a afluência excedeu, em muito, o número de participantes.

Fazendo uma reflexão pelo percurso construído consideramos que as crianças mostraram-se muito interessadas, cooperantes e motivadas ao longo de todas as sessões, demonstrando uma grande capacidade de autonomia e organização – a construção do guião, dos cenários e os próprios ensaios são evidências disso.

Através do descrito e da nossa própria vivência consideramos que a evolução do trabalho desenvolvido pelo grupo e da sua própria forma de participação ao longo das sessões fez-nos perceber que a utilização do teatro como uma ferramenta é uma boa estratégia para fomentar não só a participação e a autonomia das crianças, mas também, para promover o seu desenvolvimento integral.

5. Pistas conclusivas

As crianças possuem capacidades e competências para darem o seu contributo para melhorar os espaços sociais em que vivem, mas para isso necessitam de ser ouvidas (Percy-Smith e Thomas, 2010). Quando referimos que a criança deve participar e ser ouvida, implica que o processo deva ser considerado nos vários espaços que ela *habita*.

Na nossa intervenção através do Ateliê de Teatro com as crianças foram criadas estratégias com o objetivo de dar a *vez* e a *voz* a estes atores. Assim, evidenciamos de seguida, de forma sucinta, algumas destas estratégias:

- A possibilidade de as próprias crianças realizarem a sua inscrição no ateliê;
- Aquando a construção do texto dramático foram as crianças que desenvolveram todo o processo, tendo a Animadora Sociocultural assumido um papel de mediadora e facilitadora;
- A escolha dos vários papéis e funções em todo o processo foi decidido pelo grupo de crianças;
- A construção dos cenários e de outro tipo de adereços foi também da responsabilidade das crianças, onde elas próprias decidiram o que fazer, como e com o quê. Aqui a Animador Sociocultural assumiu um papel de orientadora e de auxílio.

Embora consideremos que estas estratégias permitiram promover a participação das crianças e a avaliação que foi realizada foi muito positiva, consideramos que para este trabalho teria sido uma mais valia ouvir a voz dos atores que sobre o processo vivido.

Referências Bibliográficas

- Barroso, J., 1999, O caso de Portugal, in Barroso, J., (org.) *A Escola entre o Local e o Global. Perspectivas para o século XXI*, Educa, Lisboa, pp.129-141.
- Fernandes, A., 2005, Contextos da intervenção educativa local e a experiência dos municípios portugueses, in Formosinho, J., Fernandes, A., Joaquim M. and Ferreira, F., (eds), *Administração da educação: lógicas burocráticas e lógicas de mediação*, Asa Editores, Porto, pp.193-223.
- Lopes, M., 2012, Animação Teatral em Portugal – percurso entre a revolução e a globalização, in Pereira, J., Vieites, M. and Lopes, M. (coords.) *Teatro e Intervenção Social*, Intervenção – Associação para a promoção e Divulgação Cultural, Chaves, pp. 141-152.
- Percy- Smith, Barry e Thomas, Nigel (2010) *A Handbook of Children and Young People's Participation*, London, Routledge.
- Pereira, J., 2008, A Animação Sociocultural nas Autarquias, in Pereira, J., Vieites, M. and Lopes, M. (coords.) *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI*, Intervenção – Associação para a promoção e Divulgação Cultural, Chaves, pp. 62- 68.
- Perucchi, V., 1999, A importância da biblioteca nas escolas públicas municipais de criciúma – santa catarina. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, Vol.4 (4), pp. 80-97.
- Sastre, 2004, Animação sociocultural na infância. A educação nos tempos livres, in Trilla, J., (coord.) *Animação Sociocultural – Teorias, Programas e Âmbitos*, Instituto Piaget, Lisboa, pp. 208 -211.
- Trilla, J. & Novella, A., 2001, Educación y participación social de la infancia, *Revista iberoamericana de Educación/Educação*, 26 (Mai-Ago), 137-164.
- Trilla, J. B., 2004, Conceito, Exame e Universo da Animação Sociocultural, in Trilla, J., (coord.) *Animação Sociocultural. Teorias, Programas e Âmbitos*, Instituto Piaget, Lisboa, pp. 19-44.
- Ventosa, Victor (2001) *Expresión musical, educación y tiempo libre. Música y canciones para la animación y el tiempo libre*, Madrid, Editorial CCS.
- APDASC – Estatuto do/a Animador/a Sociocultural. Disponível em: <http://www.apdasc.com/pt/>